

EDcl na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.319 - RS (2014/0000082-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : UNIMED NOROESTE RS - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
ADVOGADO : MARCO TÚLIO DE ROSE E OUTRO(S) - RS009551
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela UNIMED NOROESTE RS – SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA. SPARTA INDÚSTRIA METALÚRGICA LTDA. contra decisão que julgou improcedente a presente Ação Rescisória e arbitrou a verba honorária em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (e-STJ fls. 322/326).

A parte embargante sustenta que a "matéria constitucional sempre foi objeto de discussão neste processo, ainda que de má resolução" (e-STJ fl. 332). Aduz que o "requisito do prequestionamento não é condição para conhecimento da rescisão, basta, esta é a jurisprudência do STJ, que a matéria haja sido discutida no feito, como aqui ocorreu ao longo de todo o trâmite da ação de onde brota a decisão submetida à rescisória" (e-STJ fl. 334).

Segue afirmando que a decisão embargado omitiu-se a respeito do entendimento jurisprudencial segundo o qual, "se a controvérsia travada diz respeito à interpretação de questão constitucional, deve ser julgada na sua plenitude, no sentido de que se possam modificar decisão que ofenda a ordem jurídica arranhada por sentença de mérito baseada em texto julgado inconstitucional" (e-STJ fl. 335).

Acrescenta que, mesmo que se entenda que o acórdão rescindendo não aborde a questão constitucional explicitamente, "não se pode placitar incidência de norma que não ostentava guarida constitucional, conforme reconhecimento expresso do Supremo Tribunal" (e-STJ fl. 336).

A Fazenda Nacional apresentou impugnação (e-STJ fls. 344/348).

Passo a decidir.

Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022-CPC/2015), vícios inexistentes na espécie.

No caso, ficou claro o entendimento segundo o qual, na forma da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, apresenta-se incabível o ajuizamento de ação rescisória, fundada na alegação de violação de literal disposição de lei, em que a matéria deduzida não foi objeto de discussão no acórdão rescindendo.

Superior Tribunal de Justiça

Com o efeito, o cabimento da ação rescisória fundada no inciso V do art. 485 do CPC/1973 "pressupõe que o julgado rescindendo, ao aplicar determinada norma na decisão da causa, tenha violado sua literalidade, seu sentido, seu propósito. Assim, evidencia-se a inadmissibilidade da ação rescisória com fundamento no referido dispositivo legal quando não há nenhum pronunciamento da questão tida como violada no aresto rescindendo" (AR 3.001/MG, Rel. Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, julgado em 12/12/2007, DJe 1º/02/2008).

Ponderados esses elementos, constato que a insurgência da embargante não diz respeito a eventual deficiência de fundamentação do julgado, mas à interpretação que foi desfavorável a ela, possuindo (aquela) caráter meramente infringente e, por isso, sendo de inviável acolhimento no âmbito restrito dos embargos de declaração.

Sopesando a boa-fé objetiva, não considero esses primeiros aclaratórios como flagrantemente procrastinatórios, motivo pelo qual deixo de aplicar a multa processual correspondente.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator